



ESTADO, POLÍTICAS PÚBLICAS E MÍDIA: um aporte acerca da violência nas periferias urbanas de São Luís-MA

Luís Flávio Coelho Gonçalves¹

Resumo

A presente comunicação trata de duas expressões importantes da realidade concreta, produtora de violência: a violência executada pelos agentes do Estado, através da força repressiva legalizada/autorizada (aparatos policiais civis e militares, tribunais), que vitima a juventude das periferias e a violência posta “à venda” pelo sistema midiático. Entendendo a comunicação/informação, também, como política pública, mas o controle predominante é empresarial. A pesquisa tem como campo empírico o bairro Vila Bacanga da capital São Luís e os jornais populares que têm como foco noticiar a violência como mercadoria-espetáculo. O referencial teórico fundamenta-se na dialética materialista histórica. Entre os autores estudados destaca-se Chauí (2014), Abramo (2016), Maricato (2018), Coutinho (2006), que contribuem sistematicamente com o debate crítico acerca da violência; do papel do Estado e da Mídia como produtora da notícia/simulacros. Conclui-se que a notícia se produz, também, por mecanismos que manipulam as informações mediante os interesses de classe da burguesia.

Palavras-chave: Estado. Violência. Mídia.

Abstract

This communication deals with two important expressions of concrete reality, which produces violence: the violence executed by agents of the State, through legalized/ authorized repressive force (civil and military police apparatus, courts), which victimizes the youth of the peripheries, and the violence put “for sale” by the media system. Understanding communication/information, too, as public policy, but the predominant control is business. The research has as empirical field the Vila Bacanga neighborhood in the capital city of São Luís and the popular newspapers that focus on reporting violence as a spectacle-commodity. The theoretical framework is based on historical materialista dialectics. Among the authors studied stand out Chauí (2014), Abramo (2016), Maricato (2018), Coutinho (2006), who systematically contribute to the critical debate about violence; the role of the State and the Media as producers of News/simulacra. It is concluded that the News is also produced by mechanisms that manipulate information through the class interests of the bourgeoisie.

Keywords: State. Violence. Media.

¹ Especialista em Arte, Mídia e Educação pelo Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Maranhão – IFMA. Design pela Universidade CEUMA. flavio-c-g@hotmail.com.





1 INTRODUÇÃO

Parte-se do pressuposto de que se toda política de Estado é uma política pública, então, o questionamento sobre violência e a sua espetacular veiculação na mídia, perpassa para além do que se entende por violência (a desigualdade, a exclusão, a exploração e os atos violentos) porque tem no Estado a configuração máxima da política de controle social e dos conflitos de classes na determinação do que seja direito e do que seja dever e, a Mídia, como instituição do campo da política pública de comunicação e acesso à informação, veículo produtor de simulacros que visam, predominantemente, naturalizar ou espetacularizar o fenômeno violência, por meio da massificação da notícia.

Historicamente, na sociabilidade sob o capitalismo, o Estado vem intervindo por meio das políticas públicas para assegurar a hegemonia da classe burguesa, a fim de manter a dominação existente e as relações sociais de produção em cujo âmbito se observa a supremacia dos interesses do capital *sobre* o trabalho. Nesse contexto, sob o neoliberalismo e a mundialização capitalista, por um lado, vê-se instituir um Estado cada vez mais autoritário, antidemocrático, a serviço dos interesses de mercado do grande capital, a exercer um controle coercitivo sobre setores da sociedade – periferias urbanas – estas últimas, constitutivas de uma realidade que expressa intensas e crescentes, desigualdades sociais. De outro, nota-se a intensificação da notícia como simulacros, por meio da grande Mídia, cujos instrumentos de comunicação transformam os atos violentos num espetáculo midiático e a degradação humana como mercadoria/entretenimento, um estímulo repetitivo, constantemente direcionado aos que mais sofrem com a violência, os jovens das classes subalternizadas que habitam as periferias urbanas.

Verifica-se que os governos dos regimes democráticos burgueses, em resposta as crises sistêmicas do capital, tendem a reduzir os direitos sociais adequando-os à lógica mercantil e promovem uma intensa criminalização das organizações de defesa da classe trabalhadora (partidos políticos, movimentos sociais, organizações sindicais etc.), sobretudo, os setores combativos, induzindo a novas forma de violência. Nesse contexto, evidencia-se, também, a intensificação da



violência nas cidades e no campo, tanto aquela decorrente das condições objetivas da vida naquelas regiões (na periferia das zonas urbanas: falta de políticas públicas consistentes, tráfico, milícias, favelização, desemprego etc.; no campo: latifúndio, agronegócio, trabalho escravo, intensiva destruição da natureza etc.) como, também, a violência dos aparelhos de repressão a serviço do Estado, que atuam com o discurso de pacificação, mas que parecem ser instrumentais à violência.

Nesse contexto, as desigualdades econômicas e sociais (inclusive raça, cor, gênero) atingem com maior expressividade o segmento juvenil culminando com a violência e a criminalização. Mas, a juventude não pode ser tomada como um todo amorfo, abstrato, essa juventude pertence a uma classe social, a classe trabalhadora, explorada, essa juventude também tem “cara”, tem sonhos, desejos e força, e nas periferias urbanas se identifica pelas condições estruturais de moradia, de escolaridade, de trabalho, pobreza e de discriminações (BRASIL, 2011).

Mas, a violência não é uma identidade/característica ou posição social ocupada pelos sujeitos na estrutura da sociedade, ela é produto de relações sociais históricas excludentes, constitutivas de um sistema de produção e distribuição de riqueza com base na exploração, o que se constituiu no motor da dinâmica das desigualdades. A “exclusão é uma relação social e não um estado ou posição ocupada na estrutura institucional de uma determinada sociedade” (GENTILI, 2009, p. 1062). Então, a violência *na e da* periferia - e que tem nos jovens suas maiores vítimas - não é um caráter de sua dinâmica de organização social, mas um fenômeno mais complexo e imbricado na ordem socioeconômica, política e, até ambiental, sob o capitalismo, conforme apresentado por Maricato (1995). Esta é uma visão contrária a que se costuma assimilar, principalmente por meio da visão veiculada pelos grandes meios de comunicação, para os quais a violência é característica das periferias urbanas, pobres, negras, desempregadas, jovens etc.

Nesse artigo, analisa-se criticamente a dinâmica da violência nas periferias urbanas de São Luís, tomando-se como categorias de análise o Estado indutor de políticas públicas (políticas sociais) “pacificadoras”/controladoras e de repressão contra essa juventude e a grande mídia, que por meio de seus “jornais populares”,



Jornal Itaqui-Bacanga e *O Jornal Aqui-MA*, retratam a violência via a produção de notícias como simulacros e espetáculo-mercadoria.

Trata-se, portanto, de refletir sobre essas questões, considerando-se o contexto da sociedade de classes, a sociedade capitalista, esta que priorizou historicamente a defesa do patrimônio de sua classe dominante e frações no poder, colocando, ainda, a máquina estatal em benefício de si e dos setores a que representam (empresários, políticos, organismos internacionais etc.). Portanto, pode-se dizer que esse contexto é um dos indutores da realidade violenta vivenciada.

Para esse estudo faz-se referência à violência mais direta, decorrente do dano físico, psicológico e moral, que vem historicamente atingindo, principalmente, os jovens das periferias urbanas. Assim, buscando-se expor o movimento contraditório e de intensificação/produção dessa violência na sociedade brasileira – que tem no capitalismo o indutor principal – dois atores são importantes: o primeiro é o Estado (*strictu sensu*) como expressão dessas relações sociais capitalistas e cuja forma institucional, se vale, predominantemente, dos aparelhos de coerção e repressão (o aparato policial e militar, sistema judiciário, instituições administrativas etc.) e das políticas sociais (controle) no exercício de suas funções (sociedade política ou esfera estatal). O segundo trata-se da Mídia, entendida no contexto da sociedade civil (espaço de mediação das relações sociais de produção e da organização do Estado), (MOTAÑO; DURIGUETTO, 2011). Nesse estudo, supõe-se a Mídia como produtora e difusora das notícias-espetáculo-mercadoria (produção de convencimento por meio de simulacros).

Vale ressaltar que a dinâmica de imposição política das classes dominantes “esmaga” os mais pobres, por uma forma de fazer político – no Estado - caracterizado por Coutinho (2006) como via *prussiana* ou *passiva*, em que o processo social ocorre “de cima para baixo” e as políticas públicas são reificadas como dádivas do Estado, voltando-se ideologicamente ao povo historicamente vitimado pela violência e explorado pelo capital.

Essas tendências 'prussianas' ou 'passivas' foram causa e efeito de uma presença sempre muito forte do Estado na vida brasileira. Isso já se manifesta claramente, como vimos, no processo de independência, no qual se revela um traço que teve importantes consequências: conhecemos um Estado unificado antes de sermos efetivamente uma nação. [...] se o Brasil



tivesse conhecido um processo de independência diverso, gerado efetivamente de baixo para cima, [...] talvez não fosse hoje um único país unificado (COUTINHO, 2006, p. 175).

Mesmo que as instituições tenham a finalidade precípua de perpetuar a forma social dominante, isso não ocorre sem conflitos, contradições. Assim, para atingirem sua finalidade se faz necessário reduzir as contradições ao conflito e as classes aos indivíduos e não mais a luta de uma classe contra outra. “O sujeito do direito é sempre o indivíduo, quase nunca o coletivo” (DIAS, 2002, p.130) a quem se destinam essas políticas.

O Estado, na atualidade, faz a gestão pública sob o imperativo do mercado e as políticas públicas, especialmente as políticas sociais, ficam na dependência do aporte de recurso no orçamento destinado às mesmas. Geralmente, observa-se a combinação entre o formulador (nacional, estadual e municipal), o articulador (das instâncias com a política pretendida) e o executor (órgão gestor e de criação de iniciativas próprias) e, quase nunca, a participação dos sujeitos a que se destinam tais políticas (BRASIL, 2011).

Como fundamento a esse estudo fez-se uma revisão da Literatura pertinente ao objeto estudado, por meio de Pesquisa Bibliográfica e Documental, destacando-se autores e obras que tratam da relação entre Estado, desigualdade social, políticas públicas, mídia e violência. São referências importantes: Abramo (2016); Chaui (2006; 2014); Gentili (2009); Petras (1999); Maricato (2018); Milton Santos (2015); Coutinho (2006) e outros que serão adotados na continuidade desse estudo. Por sua vez, a análise de fontes documentais, tem sido primordial, porque é necessário que se busque dentro da legislação brasileira os documentos publicados pelo Estado, quais as políticas (legislação, programas, projetos etc.) aprovadas, quais os direitos do cidadão à proteção contra a violência, entre outras questões pertinentes. Outras fontes são os jornais *Itaqui-Bacanga* (JORNAL ITAQUI-BACANGA, 2020) e *Aqui-MA* (O IMPARCIAL/O JORNAL AQUI-MA, 2020).

A importância dessa reflexão que ora se apresenta é justificada por compreender-se que a violência urbana precisa ser discutida como uma questão social relevante, que não se reduz a uma classe social em particular, mas a todas as



classes e ambientes de convívio social, porém, sem deixar de ressaltar que a face mais perversa se mostre aos jovens que habitam as periferias urbanas.

2 O FENÔMENO VIOLÊNCIA: estado, mídia e controle social

Para se desvelar o fenômeno da violência é preciso apreendê-la no seu processo histórico e, nesse sentido, não se pode declinar da análise das relações sociais concretas geradoras de violência sob todas as formas, identificando de que modo os processos socioeconômicos e o Estado são produtores/indutores da violência na sociedade e como essa dinâmica se relaciona com os atos violentos que atingem as periferias urbanas de São Luís, em especial a juventude.

Para tanto, as políticas públicas de Estado são referências importantes, uma vez que o Estado se apresenta como mediador, conciliador/pacificador de conflitos e promotor de políticas públicas. Porém, a história tem mostrado que o Estado, apesar de criado pela sociedade, numa sociedade de classes como a nossa, ele tem alcançado assegurar a dominação de uma classe sobre outra, fazendo com que suas políticas (inclusive os atos violentos) sejam potencializadas em um sentido vertical em favor da classe mais poderosa. Ou seja, se o Estado nasceu justamente da necessidade de controlar, refrear os conflitos da luta de classes (LENIN, 2007).

Assim, é necessário verificar como isso explica o fenômeno da violência, tendo como referência a forma do Estado e as demais instituições políticas constitutivas dessa relação. Sabe-se que tais relações são decorrentes do sistema de relações de produção e não do desenvolvimento específico das ideias ou das vontades particulares. Para executar sua finalidade, o controle dos conflitos de classes, o Estado tende a exercer a função repressiva à serviço da classe dominante (CARNOY, 1990).

Esse dito processo de refrear, ou como se pretende chamar "pacificação", historicamente ganhou força no Estado moderno e, com este, a criação da polícia, do exército e de outras instituições com o poder exclusivo de usar a força repressiva. As periferias de São Luís, local onde se realiza esse estudo, são apenas um exemplo da realidade mais ampla acerca da violência difundida como



notícia/mercadoria pela grande mídia, por meio de “jornais populares”, voltados, principalmente, ao público leitor-consumidor de baixa renda, e em que são expostas a tragédia da periferia urbana que vitima principalmente jovens, pobres, mulheres, negros e LGBTQIA+ sujeitos e espaços onde a violência se naturaliza.

Registra-se que esse processo midiático e tecnológico é controlado por poucos e, em geral, sob o comando do grande capital imperialista, especificamente empresários, atores que visam, única e exclusivamente, a seus objetivos particulares, conforme Santos (2015). Assim, a questão da violência é vista pela sociedade a partir do modo como a mídia descreve e constrói a notícia, esta que representa o poder de imposição do discurso dos detentores dos meios de comunicação (e, geralmente, dos meios de produção), apropriando-se das pautas da sociedade (CHAUI, 2006).

Então, a violência surge como um desses símbolos de poder, também, na forma do espetáculo utilizado por interesses do capital. Para Debord (1997), o espetáculo torna o valor do uso da mercadoria numa espécie de satisfação, ou uma realização pelo fato de obter para si algo, uma sensação apenas aparente, característica do processo de espetacularização, ao que Chauí (2006) acrescenta: o espetáculo, na realidade, não se refere ao acontecimento em si, mas sim à encenação do acontecimento, ao que ela descreve como sendo um simulacro, no qual tudo é produzido, preparado, forjado, para a espetacularização.

As manchetes dos jornais, por exemplo, de acordo com o público a que vai se destinar, parece recorrer a signos (imagens, textos, linguagem) que terminam por caracterizar os “territórios da violência”. É nesse aspecto, que se identificam as periferias de São Luís como guetos de violência e que passam a ilustrar as estatísticas dos atos violentos.

As pessoas geralmente transformadas em clientes (leitores ou telespectadores) ficam diante dos fatos expostos, esperando o desfecho, buscam saber quem são os envolvidos. A cada tiragem de jornal ou a cada programa, os atos violentos geralmente são os mesmos (assaltos, homicídios, estupros, agressão física, maus tratos, acidentes de trânsito, entre outros), embora as personagens envolvidas sejam outras (DUARTE; NOGUEIRA, 2018, p. 86).



Em São Luís, essa realidade que se busca desvendar está apresentada nos "jornais populares" - O Jornal *Aqui-MA* e *Jornal Itaqui Bacanga* - de São Luís do MA e se configura como o imediato da banalização e espetacularização da violência. São jornais que destacam em suas principais manchetes cotidianamente.

Na análise acerca da violência, em 2014, entre as microrregiões do país, o aglomerado urbano de São Luís (Grande São Luís) ficou em primeiro lugar no ranking das 20 mais violentas, com uma taxa de homicídio de 84,9 casos para uma população de 1.381,459 habitantes, segundo o Atlas da Violência, de 2016, publicado pelo Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA) e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) (BRASIL, 2018).

Nota-se que nos atos violentos, veiculados pela mídia, os fatos são eliminados, tratados como não jornalísticos, assim, o "resto" da realidade é apresentado pela imprensa ao leitor/telespectador/internauta não como uma realidade, seu movimento, sua causa e efeito, tudo isso é negado. O que temos é um processo descontextualizado e totalmente fragmentado, mas espetacularizado, de "fatos" que não se conectam entre si, abortados sem qualquer perspectiva de totalidade, desligados do presente e do futuro, causa e efeito (ABRAMO, 2016).

As manchetes de jornais, por exemplo, exibem uma espécie de inversão, é o frasismo, que se configuram na utilização de frases ou pedaços de frases sobre uma realidade para substituir a própria realidade. Atada às demais formas de manipulação – ocultação, descontextualização, inversões etc. – levada quase que aos seus limites e que são colocadas como a realidade original (ABRAMO, 2016).

3 DESVELANDO O CONTEXTO DA VIOLÊNCIA EM PERIFERIAS DE SÃO LUÍS

A escolha das periferias urbanas de São Luís como referência de análise e campo de estudo tem um caráter político, dado a intensidade, a banalidade e espetacularização que conforma esse fenômeno no noticiário dessa cidade. Mesmo que se tenha clareza que a violência ocorra nacionalmente e que afeta todas as classes sociais. Mas, essa imediaticidade ou primeira impressão requer uma profunda e rigorosa reflexão que tome o objeto como uma totalidade histórica e



constituída por variadas determinações e contradições, metodologia que se seguirá no decorrer da continuidade dessa investigação.

São muitos os documentos referentes às políticas públicas, inclusive para Juventude e os direitos humanos, bem como as publicações acerca da violência: a Carta Internacional dos Direitos do Homem (ONU, 2018); a Constituição Federal do Brasil de 1988 (BRASIL, 1988); documentos de Políticas Públicas da Secretaria Nacional da Juventude (BRASIL, 2020), a série de Atlas publicados sobre a Violência, pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (BRASIL, 2016); o Atlas da Violência de 2018 (BRASIL, 2018) e estatísticas produzidas como parte de um diagnóstico que veio se construindo historicamente. No seu conjunto expressam o movimento entre violência, combate à violência, juventude, direitos sociais, políticas públicas, na última década, incluindo-se as ações do aparato policial (segurança) que são de grande implicação nas periferias, pressupondo-se que predominam, muito mais, as ações de repressão do que as políticas de prevenção.

Escolheu-se a Região Itaqui-Bacanga de São Luís e, nesta, o bairro Vila Bacanga, pelas características: trata-se do bairro onde nasci; formado por ocupação e situado às margens do Rio Bacanga; de população pobre e oriunda de municípios do interior maranhense; constitui uma região demarcada por conflitos de posse da terra (essa região consta como propriedade da Empresa Vale, antiga Vale do Rio Doce e, parte, foi doação da Igreja Católica à Universidade Federal do Maranhão).

Pode-se antecipar que por tratar-se de um bairro da periferia, as tragédias acerca da violência e que são publicadas nos jornais populares, predominantemente, têm como ilustração a violência espetacularizada. Isso torna essa realidade rica em elementos explicativos para a investigação em curso.

3.1 Apontamentos preliminares acerca da violência em São Luís-MA: um espetáculo midiático

Na cidade de São Luís-MA, por meio de “jornais populares”, registra-se diariamente a notícia como espetáculo. Geralmente, o noticiário voltado, fundamentalmente, ao público mais pobre e trabalhador e cujos preços são relativos à qualidade ou perversidade com que são expostas as tragédias urbanas cotidianas



que vitimam jovens, mulheres, negros, pobres da periferia e tantos outros excluídos. Trata-se de uma realidade que não se afasta da perversidade midiática nacional e global, pelo contrário, se configura e se confirma como um “suprassumo” da perversidade sistêmica e violenta do Estado e da mídia sob o capitalismo.

Essa realidade que se apresenta nos “jornais populares” (Aqui MA e Itaqui Bacanga) de São Luís do Maranhão se configura como explicitação da banalização e espetacularização da violência. São jornais que destacam em suas principais manchetes (em letras garrafais vermelho-sangue) manchetes do tipo: desovado no matagal; selvageria: crime estúpido; bala no ‘Loirinho’; guerra de facções: jovens são torturados e executados por membros do Bonde dos 40. Essas são apenas algumas das manchetes de capa, todas essas acompanhadas de fotos ainda mais terríveis – de corpos dilacerados, esfaqueados a esquartejados – das vítimas, fazendo jus ao apelido popular desses jornais: *pinga sangue*.

O Jornal Popular, Jornal Itaqui-Bacanga, é um impresso semanal que circula na ilha de São Luís/MA e tem uma tiragem média de 12 mil exemplares e sua sede fica na Vila Bacanga, Região Itaqui-Bacanga em São Luís (JORNAL ITAQUI-BACANGA, 2020). A divulgação do Jornal Itaqui-Bacanga é feita, predominantemente nesse bairro, podendo ser encontrado na feira, padaria, comércios, paradas de ônibus e demais locais de concentração da população daquela região. Essa aproximação dos fatos da realidade com o consumidor/leitor e por publicar principalmente os acontecimentos dessa região, faz com que o referido jornal leve o público a crer que é um veículo comprometido com a informação sobre aquela realidade, fato que gera consumo.

Esse processo causa uma estranha identificação do consumidor com a narrativa criada pelo jornal: texto simples, narrativa popular, imagens chocantes que conquistam a atenção desse leitor pelo choque, pela banalidade e o impacto intencional acerca da violência. Essa característica o tornou responsável pela maior cobertura do noticiário policial entre os jornais do Maranhão. As páginas policiais se constituem um obituário da violência, comparando-se com os outros jornais dessa natureza, inclusive com o Jornal Aqui MA, semanário que expõe a violência de forma mais explícita.



Ressalva-se que o Jornal Itaqui-Bacanga é editado e publicado numa região com 135 mil habitantes, segundo dados do Diagnóstico Itaqui-Bacanga, produzido pela Empresa Maranhense de Administração Portuária (MARANHÃO, 2020) em parceria com o Movimento Nossa São Luís, o que representa 10% da população da capital São Luís, considerando-se os dados que indicam uma população de 1.039,610 habitantes na capital. É vendido, também, por toda ilha de São Luís, em bancas de jornal e em terminais de integração de transportes urbanos e semi-urbanos, áreas de grande concentração popular. São moradores de dezenas de bairros formados por ocupação, que se encontram localizados numa região de propriedade da Vale, empresa de mineração brasileira (LEITE e ALVES, 2018) de outras grandes empresas.

No aspecto da difusão da notícia sobre violência, o Jornal Aqui-MA não foge à regra, apesar de ter suas particularidades, por ser um subproduto de um dos maiores e mais antigos jornais da cidade de São Luís, o Jornal O Imparcial. Contudo, o Jornal Aqui-MA (O IMPARCIAL, 2020) não se diferencia, quanto ao objeto da notícia, do Jornal Itaqui-Bacanga: a violência. Este semanário busca atingir um público leitor/consumidor usando os mesmos artifícios, em geral, utiliza uma imagem chocante de violência na sua capa, anunciada por uma manchete esdrúxula. Mas, tem outra característica, quase sempre, coloca fotos de mulheres seminuas ao lado das fotos trágicas, tendo a violência como seu objeto de venda.

Um fato que nos chamou a atenção no *Jornal Aqui-MA* foi a distinção que a empresa proprietária dos dois jornais, *Jornal O Imparcial*, faz entre sua linha editorial voltada para um público supostamente mais conceituado e de outra classe social e uma subpublicação para um público mais popular por meio do *Jornal Aqui-MA*. É possível ver na retórica, no texto, nas imagens, nos preços e até no tipo de papel da impressão etc., em conformidade com o público ou classe social destinado.

Esses jornais populares provocam a curiosidade do leitor/consumidor, diante das manchetes e fotos terríveis, contudo, uma retórica parece ser sempre persistente, é a forma como esses semanários colocam as vítimas como coisas, objetos expostos macabramente, como se não tivessem quaisquer pertencimentos sociais (classe, grupal, familiar etc.). Nessa análise, supõe-se que isso ocorra para



evitar reações e velar o fenômeno, pois de outro modo, seria insuportável àqueles sujeitos ver tanta violência e crueldade sem se indignarem, ainda mais quando se trata de um ente familiar, amigo, vizinho etc. Trata-se de artifício que faz da violência, mais cruel, algo banal, porém, buscando-se por meio da divulgação da notícia assegurar a espetacularização dos fatos em simulacros, perdendo toda a sua dimensão humana, ou crítica.

Contrariamente, se esses jornais fossem feitos para fomentar a dimensão crítica ante aos fatos ocorridos cotidianamente, em especial o *Jornal Itaqui-Bacanga*, por sua localização e origem na periferia, se constituiriam um instrumento importante de organização popular ou de ação para uma tomada de consciência dos problemas naquela região, o que poderia culminar com a organização e revolta popular contra os opressores da periferia. Mas, constata-se que esses jornais não têm um compromisso ético e político, postura humanista ou benevolente, tratam-se de empreendimentos empresariais capitalistas.

Ressalva-se que as manchetes desses jornais nunca buscam estimular o leitor a adquiri-los por força da relevância dos fatos, mas pelas manchetes espetaculares da tragédia anunciada. A forma de atração do leitor se dá, muito mais, pelo choque, contudo, reforçando que a violência é algo comum, cotidiano, banal, natural da humanidade.

Enfim, antecipa-se que esses jornais populares são parte do contexto e da ideologia dominante, que apela para um Estado repressivo e, quando se trata da questão da criminalidade, não é exagero dizer que, hoje, o Estado sob o neoliberalismo abandonou completamente a ideia de ressocialização, de prevenção de crimes, se é que a política de prevenção no Brasil foi objeto de interesse de seus governantes.

4 CONCLUSÃO

É possível identificar que as relações sociais que geram a violência se aprofundam na ação perversa de um Estado, cada vez mais policialesco, ditatorial e excludente. Nesse aspecto, sob um verniz de democracia, as políticas de combate



ao crime são cada vez mais severas, porém esse rigor ocorre ao sabor do pertencimento de classes. Predominam o exercício e estatuto das leis criadas para maior controle social, leis essas que só servem para oprimir, cada vez mais, a população pobre, mesmo aquelas leis criadas por boas intenções dos governantes e legisladores, essas leis tendem a servir para controlar a população mais pobre.

Para ilustrar essa realidade, basta que se identifiquem quem são os presos em domicílio? Quem são os condenados com tornozeleira eletrônica?; Quem fica em liberdade para responder por seus crimes?; Quem tem direito às benesses da lei e aos habeas corpus?; Quem tem liberdade provisória, mediante pagamento de fiança?; Quem é preso ilegalmente ou inocentemente?. São questões intrínsecas aos mecanismos de produção da violência que requerem continuar esse estudo.

A realidade brasileira demonstra um Estado cada vez mais repressor, ainda que realize algumas políticas focais em decorrência das lutas populares. Porém, o Estado nem sempre é só opressão porque é fundamental que ele busque um respaldo social, tendo em vista hegemonizar a política, conquistar o apoio popular, fomentar a crença no rigor da lei para todos e fazer acreditar que todos têm direitos iguais. Mais uma vez, a mídia enquanto instrumento ideológico e de interesses particulares, se faz fundamental para o Estado, para a burguesia e para os segmentos da classe média, promovendo e articulando suas notícias para privilegiar aqueles interesses específicos e promover determinados interesses políticos.

A mídia burguesa no ímpeto de formar opiniões, informar, difundir a notícia, termina por indicar o que pensar, o que sentir, como agir e consumir. Eles criam enredos para os problemas; produzem os heróis, os vilões; induzem as soluções, ditam as pautas importantes para a sociedade e nos fazem crer nelas. Conclui-se que a Mídia é um instrumento com grande poder na determinação nas formas como interpretamos a realidade, particularmente a violência.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Perseu. **Padrões de manipulação na grande imprensa**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2016.

PROMOTORES



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM POLÍTICAS PÚBLICAS
MESTRADO E DOUTORADO

APOIO





BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 20 jan.2020

BRASIL, Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA).). Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Atlas da Violência - 2016**. Disponível em: 5531-8031-160322nt17atlasdaviolencia2016finalizado.pdf (ipea.gov.br). Acesso em: 28 de agosto de 2019.

BRASIL, Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA).). Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Atlas da Violência - 2018**. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&id=33410 Acesso em: 28 de agosto de 2019.

BRASIL. Secretaria Nacional da Juventude. **Juventude e políticas públicas**. Brasília, DF, 2018.

BRASIL. Secretaria Nacional da Juventude. **Políticas públicas de juventude**. Secretaria Nacional da Juventude. Brasília, DF: SNJ, 2011.

BRASIL. Secretaria Nacional da Juventude. **Secretaria Nacional da Juventude** Brasília, DF: SNJ, 2020

CARNOY, Martin. **Estado e teoria política**. Campinas: Papirus, 1990.

CHAUI, Marilena. **Conformismo e resistência**. In: CHAUI, Marilena; SANTIAGO, Homero (Orgs.). Conformismo e resistência. Belo Horizonte: Autêntica Editora; São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2014.

CHAUI, Marilena. **Simulacro e poder: uma análise da mídia**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

COUTINHO, Carlos Nelson. O Estado Brasileiro: gênese, crise, alternativas. In: LIMA, Julio César França; NEVES, Lúcia Maria Wanderley (Orgs.). **Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/ EPSJV, 2006.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DIAS, Edmundo Fernandes. Gramsci e a política hoje. **Universidade e Sociedade**, v.11, n. 27, jun./2002.

DUARTE, Risaldo Lima; NOGUEIRA Amélia Regina Batista. Cotidiano e violência: a espetacularização da violência como subsistema na sociedade de consumo dirigido.



Revista **GEONORTE**, v.9, n.31, p.77-88, 2018. (Edição especial 10 Anos do Programa de Pós-graduação em Geografia PPEOG – UFAM).

GENTILI, Pablo. O direito à educação e as dinâmicas de exclusão na América Latina. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 109, p 159-1079, set/dez. 2009.

JORNAL ITAQUI-BACANGA. **O maior portal de notícias do Itaqui Bacanga**. Disponível em: <https://jornalitaquibacanga.com.br> Acesso em: 9 de setembro de 2020.

LEITE, Edmo Aguiar Ramalho; ALVES, Poliana Sales. **MÍDIA, VIOLÊNCIA E DIREITOS HUMANOS**: um estudo dos sentidos compartilhados sobre criminalidade e punição no Jornal Itaqui-Bacanga. Anais do XX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste, realizado de 5 a 7 de julho de 2018.

LENIN, Vladimir Ilitch. **O Estado e a revolução**: o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na revolução. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

MARANHÃO. Empresa Maranhense de Administração Portuária. **Diagnóstico Social da Área Itaqui Bacanga – 2012**. Disponível em: <https://www.emap.ma.gov.br/emap/gestao/responsabilidade-social>. Acesso em: 12 de junho de 2020.

O IMPARCIAL. **O jornal Aqui-MA**. Disponível em: <https://banca.oimparcial.com.br/aqui-MA/>. Acesso em: 12 de novembro de 2020.

PETRAS, James. **Armadilha Neoliberal**: e alternativas para a América Latina. Brasil, Editora: XAMA, 1999.

MARICATO, Ermínia. **Metrópole na Periferia no capitalismo**: ilegalidade desigualdade e violência. São Paulo, 1995. Disponível em: http://fau.usp.br/deprojeto/labhab/biblioteca/textos/maricato_metrperif.pdf. Acesso em: 20 jan. 2018.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, Classe e Movimento Social**. São Paulo: Cortez, 2011.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Carta Internacional dos Direitos do Homem**. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/direitoshumanos/declaracao/>. Acesso em: 20 ago. 2018.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2015.